

# **A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES EM EAD: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Adiles Ana Bof – UNOESC

Eixo temático: Formação e valorização dos profissionais da educação

## **RESUMO**

Este trabalho se constitui do recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, reside em discutir os desafios e as perspectivas da formação continuada de professores em EaD. A discussão pretendida tem como foco a contribuição da Formação Continuada em EaD para a melhoria da prática pedagógica e para o uso pedagógico da Tecnologia da Informação e Conhecimento (TIC) nos processos de ensino e da aprendizagem. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, a fim de evitar a dicotomia entre teoria e prática na formação continuada do professor. Percebemos que a formação continuada é necessária, podendo ocorrer de várias formas, principalmente na escola, na vivência diária e com os atores envolvidos na prática. o que conseqüentemente, se transforma em ações práticas, nos processos de ensino e da aprendizagem. O sentimento da necessidade de mudança na educação e a melhora da prática pedagógica leva os professores à busca do seu desenvolvimento intelectual e atualização profissional, já que as mudanças também no campo educacional acontecem muito rápido, apesar de impulsionadas pelos aspectos externos da escola e não por forças que partem de dentro dela.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação à Distância. Professores.

## **1. INTRODUÇÃO**

A formação continuada em EaD representa mais uma possibilidade de atualização e aprofundamento, no que diz respeito a busca dos professores pelo saber, com vistas à melhoria dos processos de ensino e da aprendizagem. Tardif (2002, p. 12) considera que, por vários motivos, o saber do professor é um “saber social”. Este poderá, ainda, proporcionar aos professores a construção e desenvolvimento do pensamento o que possibilita despertar para a compreensão de novos conceitos e procura ampliar a interação, o concreto e abstrato na reflexão e no desenvolvimento de uma nova prática pedagógica.

Diante das rápidas mudanças provocadas pelas novas tecnologias, a renovação das práticas pedagógicas se faz necessário, tendo em vista que vivemos em “uma época em que, são importantes o trabalho em grupo [...] e as decisões coletivas” (IMBERNÓN, 2010, p. 109.

Com respeito à formação de professores há que se pensar uma mudança da prática que é o movimento simultâneo da ação e reflexão, isto é, a práxis é uma ação que traz, no seu

interior, a relação inseparável entre teoria e prática, pois a ação, puramente consciente da ação, não realiza em si uma prática reflexiva. Freire ainda nos diz que:

Como professor num curso de formação não posso esgotar minha *prática* discursando sobre a *Teoria* da não extensão do conhecimento. Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da teoria. [...] Ao falar da *construção* do conhecimento, criticando a sua *extensão*, já devo estar envolvido, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos. (1996, p. 47-48, grifo do autor).

O futuro das escolas e da escolarização constitui uma das maiores áreas do debate da educação na contemporaneidade, principalmente à luz da crescente importância das tecnologias. Sabemos que historicamente a educação não evoluiu o suficiente, a fim de chegar aos índices de qualidade da educação desejada. Apesar dos inúmeros esforços que estão sendo feitos, esses são frágeis, quando determinados pelo interesse político.

Como nos é apresentado pelo Ministério da Educação, (BRASIL, 2011)

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. O novo indicador utilizou na primeira medição dados que foram levantados em 2005. Dois anos mais tarde, em 2007, ficou provado que unir o país em torno da educação pode trazer resultados efetivos. A média nacional do Ideb em 2005 foi 3,8 nos primeiros anos do ensino fundamental. Em 2007, essa nota subiu para 4,2, ultrapassando as projeções, que indicavam um crescimento para 3,9 nesse período. O indicador já alcançou a meta para 2009. Se o ritmo for mantido, o Brasil chegará a uma média superior a 6,0 em 2022. É o mesmo que dizer que teremos uma educação compatível com países de primeiro mundo antes do previsto.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep no ano 2007 com o objetivo de reunir em uma só referência dois dados importantes para a meta de ampliar qualidade social e cultural da educação: a frequência escolar e médias de desempenho nas avaliações. O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no censo escolar que é informado duas vezes ao ano, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e o resultado da Prova Brasil para os municípios. Ainda que os índices do IDEB não sejam os únicos indicadores de qualidade na educação este poderá representar a possibilidade de repensar e aprofundar a prática pedagógica, na direção de melhorias dos processos de ensino e da aprendizagem. Silva (2009, p. 225) afirma que “A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado [...]”

Com o objetivo de ampliar os índices do IDEB, ou seja, melhorar a qualidade da

educação no Brasil, faz-se necessário uma formação e profissionalização docente, que contribua para atingir os números que o Ministério da Educação traçou, segundo dados do próprio MEC. Conforme esse órgão, a educação a distância não pode ser isolada da educação em geral. Mas, sim, democratizá-la, promovendo acesso ao saber escolarizado à grande população, para atender à demanda imposta pela sociedade moderna a partir das mudanças exigidas nas reformas do final dos anos 80 e 90, na formação das novas forças produtivas. Freitas (2002, p. 139, grifo do autor) descreve como isso ocorreu:

Os anos 80 representaram a ruptura com o pensamento tecnicista que predominava na área até então. No âmbito do movimento da formação, os educadores produziram e evidenciaram concepções avançadas **sobre formação do educador**, destacando o caráter sócio-histórico dessa formação, a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. Com esta concepção emancipadora de educação e formação, avançou no sentido de buscar superar as dicotomias entre *professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e generalistas*, pois a escola avançava para a democratização das relações de poder em seu interior e para a construção de novos projetos coletivos. Como parte importante desta construção teórica a partir das transformações concretas no campo da escola, construiu a concepção de **profissional de educação** que tem na docência e no trabalho pedagógico a sua particularidade e especificidade.

Entretanto, a fim de obter uma melhora no desenvolvimento da qualidade do Ensino Público, algo tão discutido, é importante entender que cada escola está inserida em uma comunidade diferente, com características distintas, embora na mesma cidade, com seus bairros que apresentam tantas diversidades, sendo portanto necessário considerar as peculiaridades locais.

A partir dessas considerações, o objetivo deste trabalho, que constitui recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, reside em discutir os desafios e as perspectivas da formação continuada de professores em EaD. A discussão pretendida tem como foco a contribuição da Formação Continuada em EaD para a melhoria da prática pedagógica e para o uso pedagógico da Tecnologia da Informação e Conhecimento (TIC) nos processos de ensino e da aprendizagem.

## **2. CONTRIBUIÇÃO DAS TIC PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

A qualidade de ensino no Brasil tem sido alvo de estudos e debates presentes em

diversas instâncias da sociedade. As políticas públicas de avaliação da educação básica e superior centradas nos exames de desempenho têm revelado resultados preocupantes no que tange ao aprendizado dos alunos. Esse panorama resulta em múltiplos fatores que necessitam ser investigados e analisados para que não incorramos no risco de análises reducionista e simplista em relação à realidade que aí esta posta.

O sentimento da necessidade de mudança na educação e a melhora da prática profissional, leva os docentes à busca do seu desenvolvimento intelectual e atualização profissional, já que as mudanças também no campo educacional acontecem muito rápido, apesar de impulsionadas pelos aspectos externos da escola e não por forças que partem de dentro dela.

Nessa perspectiva, percebemos que a formação continuada é necessária, podendo ocorrer de várias formas, principalmente na escola, na vivência diária com os atores envolvidos na prática. “Além disso, é imprescindível que a busca da credibilidade do trabalho docente esteja ligada à competência do saber fazer bem” (RIOS, 2003, p. 46), conseqüentemente, haveria uma transformação em ações práticas das políticas públicas que reforce o trabalho pedagógico, e incentive o aluno na busca de sua formação educacional.

Ainda que a qualidade de ensino não se traduza exclusivamente por indicadores de desempenho, estes têm sido utilizados para produzir qualidade do ensino e de educação do Brasil, a partir do que o mercado econômico exige e entende por educação de qualidade Silva (2009, p. 218)

Do ponto de vista econômico, desde a infância somos inseridos nas práticas comerciais e fazemos opções. Não se trata de analisar como fazemos escolhas. No entanto, um dos elementos que acionamos é a qualidade da coisa a ser adquirida. É neste momento, então, que elegemos os elementos que expressam qualidade, segundo valores e visões de mundo. Assim, relacionar-se no mundo-mercado exige compreender e decodificar os códigos dos atos de comprar, vender, permutar e revender objetos. Trata-se de fazer escolhas, competir!

Nesse contexto de competição, emerge a formação do professor, considerando, por vezes, ingenuamente, como sendo o único aspecto que implica a qualidade de ensino. Porém, é fato que esta, está relacionada com a formação.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância da formação inicial do professor articulada a um processo permanente de formação continuada. A formação continuada de docentes ilustra o desafio do renovar-se, do ser professor, tendo em vista a sua complexidade e os desafios do contexto atual.

A formação continuada na modalidade a distância exige uma estrutura diferente, a EAD modifica essa prática pedagógica, criando mecanismos e esquemas de referência

associados à presença do professor e do estudante, uma vez que decompõe o ato em momentos e lugares diferenciados: o ensino é mediatizado, a aprendizagem resulta, assim, do trabalho do estudante. A atitude desse novo aluno/professor frente ao conteúdo está diretamente ligada ao diálogo do docente por meio dos tutores, e a interação de sala de aula é reduzida.

Não é novidade que o nosso país enfrenta um gargalo na educação, com professores sem formação adequada e com necessidade de se atualizar. Por isso convém perguntar: quando e como esse professor estuda, pesquisa, se atualiza? Tais indagações são cabíveis se considerarmos os baixos salários do professor bem como, a sua dupla jornada de seu trabalho que absorve o tempo que poderia ser destinada ao seu aprimoramento.

Apesar dessas condições, a formação continuada precisa fazer parte da profissão docente e ser encarada como um direito e uma necessidade de reflexão da prática docente, uma vez que se refere essencialmente a ação do professor no âmbito escolar, com vistas à aprendizagem dos alunos.

Almeida (2000, p.111) complementa, dizendo que;

É necessário que, no processo de formação, haja vivências e reflexões com as duas abordagens de uso do computador no processo pedagógico (instrucionista e construcionista). E que sejam analisados seus limites e seu potencial, de forma a dar ao professor autonomia para decidir qual a abordagem com que vai trabalhar. Tudo isso implica em que o professor tenha autonomia para vivenciar a dialética da própria aprendizagem e da aprendizagem de seus alunos e reconstrua continuamente teorias [...]

No atual modelo de organização do tempo escolar, o principal ponto na formação dos professores está na criação de espaços de interlocução. Eles precisam analisar novas maneiras de agir e se tornar menos intuitivos e mais assertivos.

A formação do docente para o trabalho, sua qualificação profissional, seu planejamento nas horas atividades, para assim então, enriquecer sua aula com dinâmicas e ideias na socialização do conteúdo aos alunos de maneira a facilitar os processos de ensino e da aprendizagem. Para tal, os professores precisam ter acesso às tecnologias, e dominar estratégias para o uso pedagógico no processo educativo, que vise uma proposta pedagógica de uma escola transformadora.

Na situação específica da política educacional comprometida com a qualidade do ensino, temos que repensar a formação continuada, considerando a real necessidade do professor, ou seja, de qual curso esse professor necessita, em função da realidade em que atua de modo a ajudá-lo, de forma criativa e inovadora, no exercício cotidiano da prática docente,

em prol da aprendizagem, atendendo assim a sua necessidade criando assim uma escola possível, que produza cada dia mais saber.

Nesta perspectiva, pensa-se uma formação continuada em EaD, dialógica, construída por projetos, a partir de uma comunicação atenta à necessidade do professor, atenta à vida do professor, em prol dos seus anseios e assim realizando a sua história de agir comprometido no seu dever de emancipação consciente do educando, “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39).

Nas últimas décadas, muitos subsídios foram criados com o propósito de aprimorar o trabalho pedagógico nas escolas públicas, com o intuito de auxiliar os processos do ensino e da aprendizagem como a instalação de laboratórios de informática, com formação dos professores e alunos dessas escolas, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que haja melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem.

Compreendemos ainda que a escola é um espaço que necessita ser desenvolvido por pessoas que o pensam e o estudam, participam de todo o desenvolvimento do humano, produzindo novos conhecimentos e não meramente cumprindo a sua função mínima. Esta última opção não é mais válida, na contemporaneidade, pois a educação formal não pode se limitar ao ato de ensinar a ler e escrever, por isso faz-se necessário que o professor ressignifique o seu papel e atue como agente de transformação no exercício da práxis pedagógica. Sobre esse aspecto, a LDB 9394/96 determina que:

**Art. 62. [...]**

**III** - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

**Art. 67. [...]**

**II** - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...]

Esse processo, desde a implantação da LDB, está trilhando para a maturidade, visto que a realidade educacional é complexa e rica de diversidades a serem trabalhadas e compreendidas, que dependem da vontade política para implantação, na direção da melhoria da qualidade social da educação para todos. E para traçar políticas, que de fato possam dar conta dos resultados desejados e até traçados nos planos de cada governo, é preciso criar espaços democráticos de problematização e encaminhamentos que possam dar subsídios para a superação das dificuldades que permeiam a educação e implicam e qualidade social da educação para todos, em uma realidade idealizada produzindo resultados desejados.

Em outras palavras, Almeida (2000, p. 129) acrescenta:

É necessário que o professor se envolva integralmente nos processos de mudança [...] Embora tais mudanças passem pela ação do professor, tal ação mesmo quando “transformada e transformadora” não é suficiente para mudar a educação. É preciso desencadear um movimento que envolva todo o sistema educacional, da escola ao poder central. Ele pode ser iniciado por professores que se engajem em ações transformadoras e passem a construir uma força que pode assumir dimensões imprevistas e provocar as mudanças necessárias.

A partir daí já conscientes de que, na posição de formadores de opiniões, por meio da reflexão, da crítica e da troca de ideias, somos mediadores com uma espécie de possibilidade de alavanca para a mudança, no sentido do acesso ao conhecimento e que respeita o tempo de cada aluno, há uma compreensão não somente da leitura de palavras, mas, sobretudo da leitura de mundo, tendo sido assim, provocados em seu caminho inúmeras possibilidades no uso das TIC para uma organização no processo ensino e aprendizagem.

É possível dizer, que a velocidade dos avanços científicos e tecnológicos tem mudado a dinâmica da nossa sociedade e conseqüentemente, contribuído também para a escola. Acerca dessa necessidade, Imbernón (2006, p. 12) ressalta:

Essa necessária renovação da instituição educativa e esta nova forma de educar requerem uma redefinição importante da profissão docente e que se assumam novas competências profissionais no quadro de um conhecimento pedagógico, científico e cultural revistos. Em outras palavras, a nova era requer um profissional da educação diferente.

Nesse contexto, é imprescindível que haja a adoção de políticas públicas que atendam à realidade e às necessidades da educação contemporânea, de modo que aluno e professor saiam da escola com mais vontade de retornar para ela, cheios de curiosidades, interesses, vontade da descoberta do novo, e do aprender a cada dia, possibilitando o avanço da prática docente. Como afirma Freire (1996, p. 11): “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo.”

Para tanto, é necessário ir além do comprometimento do Estado na garantia de políticas públicas, quando percebemos que a participação da sociedade civil é importante, não só na execução das políticas educacionais, mas na sua garantia e legitimação, criando uma arena política, em que planos, programas e projetos sejam submetidos a um intermitente processo de avaliação capaz de fornecer subsídios e indicadores necessários a sua continuidade, revisão crítica e fortalecimento da escola e especialmente do professor.

Neste contexto, é preciso entender que o mundo virtual não é modismo, é um elemento da política, uma realidade que está fazendo parte do processo de evolução do sistema de ensino atual, sendo que a escola está inserida em uma sociedade tecnológica.

Em função disso, atualmente, a aprendizagem mediada pela *internet*, contribui para as pesquisas e acesso a informação e tem potencial para fornecer ferramentas de trabalho ao docente. Almeida (2000, p. 128) nos ajuda a compreender esse processo ao afirmar que: “O processo vivenciado pelo professor em formação o impulsiona a entrar em outras áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, a aprofundar-se em sua própria área, tanto em aspectos relacionados a conteúdos quanto na estrutura de conhecimentos.”

Isto interfere na maneira utilizada pelo docente na seleção dos conteúdos a serem trabalhados e dos recursos de que a escola possa dispor.

O sistema educacional é movido por modismos e resiste às mudanças, por isso, não é válido o governo criar ‘pacotes’ com modelos de educação que são jogados, em um curto espaço de tempo na escola, aos quais nem mesmo os educadores conseguem se adaptar, muitas vezes nem mesmo o aluno. A partir desta percepção, os educadores se protegem das mudanças, criando, assim, a descontinuidade das políticas educacionais, uma descontinuidade muito forte, na busca da afirmação de ideologias em detrimento da filosofia da educação, da necessidade de uma educação igualitária. Nessa direção Almeida (2003, p.331) ressalta:

A EaD é uma modalidade educacional cujo desenvolvimento relaciona-se com a administração do tempo pelo aluno, o desenvolvimento da autonomia para realizar as atividades indicadas no momento em que considere adequado, desde que respeitadas as limitações de tempo impostas pelo andamento das atividades do curso, o diálogo com os pares para a troca de informações e o desenvolvimento de produções em colaboração. A par disso, o "estar junto virtual" indica o papel do professor como orientador do aluno que acompanha seu desenvolvimento no curso, provoca-o para fazê-lo refletir, compreender os equívocos e depurar suas produções, mas não indica plantão integral do professor no curso.

O computador na sala de aula tem potencial para ‘revolucionar’ a educação, em função da maneira pela qual são apresentados os conteúdos em uma nova forma de comunicação, de organização, bem como de percepção de tempo e mesmo de espaço de ensino e de aprendizagem.

Nóvoa (2000, p. 168, grifo do autor) nos ajuda a encerrar esta linha de pensamento, afirmando que:

No que à *formação contínua* concerne, dever-se-á a mesma desenvolver ao longo da carreira, organizando-se como resposta às necessidades reais dos professores e de acordo com a perspectiva de *educação permanente* e, ainda, promovendo, apoiando e incentivando as iniciativas pedagógicas das escolas e dos professores [...].

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços que a tecnologia tem provocado na área da educação em todos os níveis no Brasil, é necessário otimizar o uso das TIC na escola, com vistas a auxiliar na superação de um dos problemas que é o de acesso à educação para todos, atingindo o seu exercício pleno de cidadania, tanto para o aluno como também o professor, quando este, esta preparado para enfrentar com sabedoria a construção do conhecimento nesta sociedade de informação globalizante.

Para que isso aconteça e, para se obter bons resultados, há a necessidade de apresentar o computador à criança e desmistificá-lo, mostrar à criança o seu potencial e as suas limitações, ensinar a criança para utilizá-lo e dominá-lo; são funções que toda escola, e todo professor precisam estar preparados.

As novas tecnologias de armazenamento, distribuição e difusão da informação permitem um acesso quase instantâneo a grandes bancos de dados, os quais contêm não apenas informação escrita como também informação audiovisual, mais imediata e fácil de processar (POZO, 2002. p. 35).

O surgimento de novas tecnologias deu origem à Sociedade da Informação que trouxe mudanças significativas nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais e, ao mesmo tempo, possibilitou a globalização e aumentou as diferenças sociais na contemporaneidade. Busca-se cada vez mais a inserção de novas formas de trabalhos nas escolas, para que as crianças possam ter um amplo conhecimento e também estejam preparadas para a realidade na sociedade contemporânea, com um o desafio de selecionar atividades que possam ser criativas e ao mesmo tempo lúdicas aos alunos

Dessa forma a formação de professores na contemporaneidade, em oposição da educação tradicional, parte de uma postura emancipadora, e tem se mostrado como um dos pilares para a melhoria qualitativa dos saberes docentes necessários ao desenvolvimento dos professores do ensino e da aprendizagem.

A formação continuada em EaD, constitui-se, assim, desafio, porém, favorece a perspectiva de construção de uma educação de qualidade social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.** Educação e pesquisa. São Paulo, v. 29, n. 2, Jul./Dez. 2003. Disponível em: <<http://WWW.scielo.br>>. Acesso em: 1 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **PROINFO**. Informática e formação de professores. Secretaria da Educação a distância. Brasília: MEC, SEED, v. 2, 2000. 192p.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. <http://portal.mec.gov.br/> Portal do Brasil. Todos pela Educação. consultado em 04 de julho de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos e formação**. Educação e Sociedade, v. 23, n°80, Campinas, set-2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. Educação e Sociedade, v. 28, n°100, Campinas, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 out. 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 120p.

\_\_\_\_\_, **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, 2000.215p. (Coleção Ciências da Educação v.4)

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002. 296p.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA Maria Abadia da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em 03 set de 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.